

Educação a Distância: A Avaliação Institucional como uma Ferramenta de Gestão da Qualidade

Lilian Maria Bruno Campanha

RESUMO

Este artigo busca ressaltar a importância da avaliação institucional na educação a distância e como pode ser utilizada como um diferencial na busca por uma gestão de qualidade. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica que abrange os conceitos de Educação a Distância, Avaliação Institucional e Gestão da Qualidade, considerando no panorama a evolução histórica da educação a distância no mundo e, especialmente no Brasil, assim como a evolução histórica da avaliação institucional no Brasil, com foco na educação a distância. O objetivo deste estudo é compreender como a avaliação institucional, na educação a distância, pode auxiliar os gestores a atingir uma gestão de qualidade. Este artigo ainda revela uma significativa ampliação na oferta de cursos na modalidade EaD, porém, ainda há um longo caminho a ser trilhado na institucionalização da educação a distância em nosso país.

Descritores: Educação a Distância. Avaliação Institucional. Gestão de Qualidade.

ABSTRACT

This article aims to highlight the importance of institutional evaluation in distance education and how it can be used as a differential in the search for quality management. This is a bibliographical research that covers the concepts of Distance Education, Institutional Evaluation and Quality Management, considering in the panorama the historical evolution of distance education in the world and especially in Brazil, as well as the historical evolution of the institutional evaluation in Brazil, focusing on distance education. The purpose of this study is to understand how institutional evaluation in distance education can help managers achieve quality management. This article still reveals a significant increase in the offer of

courses in the EAD modality, but there is still a long way to be trodden o in the institutionalization of distance education in our country.

Key words: Distance Education. Institutional Evaluation. Quality Management.

INTRODUÇÃO

A educação a distância, vem sendo objeto de profundas transformações o que tem levado aos gestores a adotarem estratégias diferenciadas para elevar a qualidade do ensino. A EaD vem se adaptando as diferentes realidades da comunidade acadêmica que procura por uma formação mais dinâmica, uma construção autônoma do tempo de estudo, o não deslocamento, a necessidade exigida pelo mercado de trabalho por constantes atualizações e capacitações dos profissionais, dentre outros. Toda essa procura aumenta a responsabilidade dos gestores e dos profissionais que atuam na educação a distância. A avaliação institucional, interna e externa, deve ser vista como uma ferramenta de gestão, sendo esta avaliação, um processo cíclico, produtivo, renovador. Esta avaliação consiste, em um vasto levantamento que a instituição busca realizar para refletir sobre suas responsabilidades, suas potencialidades, suas fraquezas e, conseqüentemente planejar e estabelecer metas para seus indicadores de qualidade em todas as instâncias institucionais.

Desta forma, a avaliação institucional, entendida enquanto um processo contínuo e global, deverá projetar uma avaliação com a participação e o comprometimento de toda a comunidade acadêmica. A relação avaliação-qualidade poderá ser encarada como uma ferramenta de gestão diante de um novo paradigma educacional que possa renovar o sistema de ensino superior e dar o verdadeiro sentido de inclusão social.

APRIMORANDO-SE DO CONCEITO EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

O maior desafio, atualmente, é criar mecanismos que possibilitem que todos tenham acesso à educação. O Plano Nacional de Educação-PN (2001), ressalta que:

Nenhum país pode aspirar a ser desenvolvido e independente sem um forte sistema de educação superior. Num mundo em que o conhecimento sobrepuja os recursos materiais como fator de desenvolvimento humano, a importância da educação superior e de suas instituições é cada vez maior (Plano Nacional de Educação, 2001). A necessidade do acesso à educação superior é oriunda da exigência do mercado de trabalho na busca de um profissional mais qualificado. Antigamente, a educação fundamental e média supriam, significativamente, este cenário. Com o surgimento da globalização quanto maior for a qualificação profissional maior é o peso atribuído ao profissional no momento de sua inserção no mercado de trabalho. O PNE determina que “o sistema de educação superior deve contar com um conjunto diversificado de instituições que atendam a diferentes demandas e funções”. Um dos objetivos e metas descritos é “estabelecer uma política de expansão que diminua as desigualdades de oferta existentes entre as diferentes regiões do País” (Plano Nacional de Educação, 2001). Segundo Moraes (2010) países mais bem colocados na chamada nova economia, são aqueles que tem maior acesso à educação, onde ela é desenvolvida de maneira mais qualificada. Com esse novo panorama e a consequente massificação da educação, podemos observar nessas últimas décadas um crescimento da Educação a Distância. A expressão “a distância” nos tendência a refletir em isolamento, distância geográfica. No entanto, a EaD surge com o propósito inversamente proporcional à expressão: na superação de qualquer distância, com o foco no interagir, no aproximar, utilizando-se para isso das novas Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs). Segundo Guarezi (2009, p.129) conceituar EaD é “um processo evolutivo, que começou com a abordagem na separação física das pessoas e chega ao processo de comunicação, incluindo, no final do século XX, as tecnologias da informação”. Há tempos atrás havia dificuldade na definição de educação a distância, porém, atualmente, percebemos cada vez mais sua presença ativa no cenário educacional. O Ministério da Educação por meio do Decreto 5.622, de 19 de dezembro de 2005 define a Educação a Distância como a modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos (Decreto 5.622, 19/12/2005). De acordo com Nunes (1994), a Educação a Distância surge como um recurso importante para atender a números significativos de alunos, de forma mais efetiva que outras modalidades de ensino e sem riscos de reduzir a qualidade da educação

oferecida em virtude do contingente de comunidade acadêmica atendida. A. W. Bates (2000), um dos principais estudiosos e militantes da educação à distância indica que: Provavelmente, a coisa mais significativa para a educação a distância é a crescente importância do aprendizado constante. [...] Um aprendiz constante típico é alguém que trabalha geralmente em tempo integral, em indústrias ou serviços de alta tecnologia, com família, vida social e pessoal muito rica. Esse tipo de aluno exige um conteúdo pessoalmente relevante e just in time, aprendizado de forma conveniente e com flexibilidade. [...] Eles se interessarão mais por pequenos módulos e programas curtos por qualificações que podem ser construídas a partir de módulos ou cursos, e por aprendizagem que pode ser feita em casa e encaixada nas obrigações do trabalho, família e vida social. [...] O mercado para o aprendizado constante é enorme. A Conference Board o Canada (1991) estima que “trabalhadores do conhecimento” precisam de, no mínimo, o equivalente a três meses de educação ou treinamento a cada cinco anos apenas para se manterem competitivos em suas áreas (A. W. Bates, 2000). Atualmente, podemos afirmar que a Educação a Distância faz parte das políticas públicas que devem orientar as iniciativas pedagógicas das instituições de ensino, porém ainda há muito que evoluir nesse novo conceito de educação. A educação a distância é um desafio, mas uma realidade que vem se expandindo. Ela pode ser considerada a mais democrática das modalidades de educação, pois se utilizando de tecnologias de informação e comunicação transpõe obstáculos à conquista do conhecimento.

A EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

O objetivo da pesquisa realizada neste artigo concentra-se em analisar como a avaliação institucional pode ser utilizada como uma ferramenta de gestão na busca pela qualidade, especificamente, na educação a distância. No entanto, faz-se necessário apresentar um breve levantamento histórico sobre o surgimento da EaD no mundo para entendermos o papel inovador dessa modalidade no cenário educacional atual. Segundo Tori (2010, p.4) “a educação a distância (EAD) não é tão nova como muitos acreditam. O uso das novas tecnologias para essa modalidade é que trouxe o caráter inovador e atualizado para a EAD”. Torna-se difícil definir um marco da educação a distância na história, a literatura apresenta diversas situações que podem ser entendidas como processos iniciais de educação a distância. Maia e Mattar

(2007) apontam que, na concepção de alguns autores, as cartas de Platão e as Epístolas de São Paulo estariam entre primeiras experiências de educação a distância. Ainda os autores, relacionam o advento da EaD ao emprego de tecnologias de impressão, especialmente dos jornais. Desta forma, os jornais seriam um dos primeiros instrumentos de educação a distância. Conforme exemplificado por Moore e Kearsley (2008), a educação a distância apresenta-se em 5 gerações no decorrer da história.

Figura 1 - Cinco gerações de EaD.



Fonte: [Adaptado de] MOORE & KEARSLEY, 2008, p.44)

Os autores ressaltam que a primeira geração da educação a distância é denominada estudo por correspondências. Esse período abrange os anos de 1728 até meados de 1970 segundo Guarezi e Matos (2012). Segundo Nunes (2009) provavelmente a primeira experiência nessa modalidade que se registrou da educação a distância foi o anúncio das aulas por correspondência ministradas por Caleb Philips em 20 de março de 1728, na Gazette de Boston, EUA, que enviava suas lições todas as semanas para os alunos inscritos. Nos anos 1840, na Grã-Bretanha, Isaac Pitman utilizou o sistema postal nacional para ensinar seu sistema de taquigrafia. Na Europa, em meados da década de 1850, o francês Charles Toussaint e o alemão Gustav Langenscheidt iniciaram o intercâmbio do ensino de línguas, levando à criação de uma escola de idiomas por correspondência. Em 1882, surge o primeiro curso

universitário EaD na Universidade de Chicago, que o material didático era enviado pelo correio. Segundo Maia e Mattar (2007) a segunda geração tem como característica a utilização de novas mídias, como televisão, rádio, fitas de áudio, vídeo. De acordo com os autores nessa geração um fato considerável foi a criação da Open University em 1969, uma universidade aberta de ensino a distância britânica que fazia o uso de rádio, televisão, vídeos, fitas cassetes. A partir de sua fundação outras universidades foram influenciadas pelo trabalho desenvolvido pela Open University. A terceira geração teve duas experiências mais importantes o Projeto AIM – Articulated Instructional Media da University of Wisconsin que tinha como objetivo experienciar várias tecnologias de comunicação, com o intuito de oferecer um ensino de qualidade e custo reduzido. Em 1967, o governo britânico estabeleceu um comitê para planejar uma nova e revolucionária instituição educacional, nascia a a Universidade Aberta da Grã-Bretanha, que, por suas realizações, foi seguida por outros países, conforme a tabela abaixo:

Tabela 1 – As megauniversidades do mundo (1997).

Pais	Nme da Instituição	Estabelecida em
China	China TV University System	1979
Índia	Indira Gandhi National Open University	1985
Indonésia	Universitas Terbuka	1984
Irã	Payame Noor University	1987
Coréia	Korean National Open University	1982
Espanha	Universidad Nacional de Educación a Distancia	1972
Tailândia	Sukhothai Thammatirat OU	1978
Turquia	Anadolu University	1982
Reino Unido	The Open University	1969

Fonte: Daniel (1998).

Além das universidades citadas na tabela acima existem muitas outras universidades abertas, incluindo: a Al Quds Open University, na Jordânia; a Andra Pradesh Open University, na Índia; a Athabasca University, no Canadá; a Open Universiteit Heerlen, nos Países Baixos; a Fern Universität, na Alemanha; a National Open University, em Taiwan; a Open Polytechnic, na Nova Zelândia; a Open University of Israel; a Universidad Estatal a Distancia, na Costa Rica; a Universidad Nacional Abierta, na Venezuela; a Universidade

Aberta, em Portugal e a University of the Air, no Japão. Nos Estados Unidos valendo-se dos mesmos ideais criou no ano de 1964 a Nova University of Advanced Technology, em 1971, foi criado o Empire State College no âmbito da State University of New York, dentre outras instituições. A quarta geração surgiu com a utilização das teleconferências, essa metodologia era aplicada pelos Estados Unidos nos anos de 1980, na educação a distância. A videoconferência se tornou mais fácil e menos onerosa com o desenvolvimento de linhas telefônicas de fibra óptica que permitiam a transmissão de um número maior de dados, o que propiciou a videoconferência entre pequenos grupos de alunos ou alunos individuais e seus instrutores com o vídeo mostrado nos computadores pessoais. A quinta, e última geração, apresenta-se com os primeiros sistemas de computação desenvolvidos nos anos 1960 e 1970 que eram equipamentos de grande porte. Com a evolução para tecnologia da internet, com acesso online 24 horas, a educação a distância tem se tornado muito mais atrativa e sendo desenvolvida em escala mundial, estimulando novas ideias de como as instituições poderão organizar o ensino a distância. Todos esses acontecimentos foram importantes para a consolidação da Educação a Distância, oferecida atualmente em todo o mundo.

A modalidade de ensino a distância tem suas primeiras experiências no Brasil um pouco antes 1900 com cursos profissionalizantes feitos por meio de correspondências. Com a fundação da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro em 1923 sua principal função era possibilitar educação popular.

Segundo Alves (2009) o percurso da EaD é marcado por avanços e retrocessos e alguns momentos de estagnação, induzidos principalmente pela falta de políticas públicas para a EaD. Tais políticas começaram a ser estabelecidas nas décadas de 1960 e 1970. Em 1967 o Código Brasileiro de Telecomunicações ficou responsável em determinar o que deveria ser transmitido em termos de programas educativos. Em 1970 surge o Projeto Minerva, um convênio entre o Ministério da Educação, a Fundação Padre Landell de Moura e Fundação Padre Anchieta, cuja objetivo era a utilização do rádio para a educação e a inclusão social de adultos. No final da década de 70 e início dos anos 80 surgiram os tele cursos de 1º e 2º graus, com o apoio da Fundação Roberto Marinho. Na Universidade de Brasília (UNB) foi criado o Centro de Educação Aberta e a Distância (CEAD), uma entidade que trabalha desde 1979 com a EaD e oferece cursos de educação continuada a distância (LOPES; FARIA, 2013).

Em 1992, o Governo Federal lançou o Programa de Valorização do Magistério, com o objetivo de ampliar e atualizar os cursos já oferecidos utilizando-se de recursos mais tecnológicos como internet entre outros. Neste contexto e com o intuito de regulamentar as inúmeras propostas de educação a distância o Governo Federal, em 1996, introduziu a EaD no sistema educacional brasileiro com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.394/96), em seu artigo 80 que “incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada”. Outra instituição importante é a Universidade Aberta do Brasil (UAB) criada pelo Ministério da Educação (MEC) no ano de 2005. A UAB foi estabelecida com intuito de expandir a educação superior, no âmbito do Plano de Desenvolvimento da Educação. A UAB foi criada em 2005 e oficializada pelo Decreto n. 5.800 de 8 de junho de 2006 como um consórcio de Instituições Públicas de Ensino Superior, Estados e Municípios, coordenado pela Secretaria de Educação a Distância do Ministério da Educação. Para compreender a EaD no Brasil é necessário assimilar alguns conceitos. Segundo Guarezi (2009) a EaD:

é um sistema tecnológico de comunicação bidirecional que substitui a interação pessoal, em sala de aula, entre professor e aluno como meio preferencial de ensino pela ação sistemática e conjunta de diversos recursos didáticos, pelo apoio de uma organização tutorial, de modo a propiciar a aprendizagem autônoma dos estudantes. Guarezi 2009, p.19).

Essa modalidade utiliza-se de recursos didáticos que objetivam congregar aluno e tutor/professor. A caracterização dessa modalidade é apresentada no decreto nº 9.057 de 25 de maio de 2017:

A modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorra com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com pessoal qualificado, com políticas de acesso, com acompanhamento e avaliação compatíveis, entre outros, e desenvolva atividades educativas por estudantes e profissionais da educação que estejam em lugares e tempos diversos (Decreto 9.057, 25/05/2017).

As novas tecnologias surgidas no século XX vem contribuindo de forma positiva para o crescimento dessa modalidade de ensino. Mesmo com algumas resistências e obstáculos a educação a distância vem tomando força e ampliando seu campo de atuação fazendo parte do cotidiano de muitas pessoas.

ENTENDENDO O CONCEITO DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

A expressão avaliar possui vários conceitos, o que define seu significado é o contexto em que ela está inserida. No dicionário Aurélio, avaliar significa determinar o valor, o preço, a importância de alguma coisa, reconhecer a grandeza, a intensidade, a força. Uma instituição de ensino é formada por pessoas e para pessoas, sendo uma organização complexa e heterogênea, com dinamicidade e características que lhe são peculiares. Desta forma, também, a avaliação pode e deve ser compreendida como uma ferramenta de mudança e uma possibilidade real de transformação do cenário educacional. A avaliação institucional adquiriu força na década de 90, quando foi instituído o Programa de Avaliação das Universidades Brasileiras (PAIUB) que tinha por objetivo focal implementar sistemas internos de avaliação que auxiliassem no processo contínuo de aperfeiçoamento acadêmico das instituições de ensino, constituindo-se como uma ferramenta para o planejamento da gestão e do desenvolvimento da educação superior. Atualmente a avaliação institucional é implementada através do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), instituído pela Lei 10.861, de 14 de abril de 2004 “com o objetivo de assegurar processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, dos cursos de graduação e do desempenho acadêmico de seus estudantes.” (Lei 10.861, artº 1º). No parágrafo 1º, do artigo 1º da Lei do SINAES apresentam-se como:

a melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social e, especialmente, a promoção do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior, por meio da valorização de sua missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade

O órgão governamental que coordena e conduz a avaliação institucional no Brasil é o Instituto Nacional de Estudo e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação (MEC) com a missão de subsidiar a formulação de políticas educacionais dos diferentes níveis de governo com vistas à contribuir para o desenvolvimento econômico e social do país. De acordo com o Instituto Nacional de Estudo e Pesquisas Anísio Teixeira – INEP- a avaliação institucional divide-se em duas modalidades:

Autoavaliação – Coordenada pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) de cada instituição e orientada pelas diretrizes e pelo roteiro da autoavaliação institucional da CONAES. Avaliação externa – Realizada por comissões designadas pelo Inep, a avaliação externa tem como referência os padrões de qualidade para a educação superior expressos nos instrumentos de avaliação e os relatórios das autoavaliações. O processo de avaliação externa independente de sua abordagem e se orienta por uma visão multidimensional que busque integrar suas naturezas formativa e de regulação numa perspectiva de globalidade. Em seu conjunto, os processos avaliativos devem constituir um sistema que permita a integração das diversas dimensões da realidade avaliada, assegurando as coerências conceitual, epistemológica e prática, bem como o alcance dos objetivos dos diversos instrumentos e modalidades. <http://portal.inep.gov.br/web/guest/avaliacao-institucional>. Bertelli e Eyng (2010) consideram que a avaliação, seja ela interna ou externa, são momentos específicos, mas que buscam ou apresentam, ou devem apresentar objetivos voltados à melhoria do ensino, bem como do projeto de desenvolvimento institucional, apontando caminhos para a tomada de decisão (BERTELLI; EYNG, 2010, p. 8).

A avaliação institucional pode contribuir para a concretização de efetivas mudanças no sistema educacional brasileiro, desde ações administrativas até as ações didáticas pedagógicas. A IES, muito provavelmente, terá sucesso se seus objetivos estiverem explícitos e alinhados a uma avaliação institucional que favoreça um novo prisma na relação entre instituição, professor, aluno e conhecimento. As informações oriundas de processo avaliativo devem servir para orientar as tomadas de decisões, com vistas a melhoria da qualidade do ensino. De acordo com Bertelli e Eying (2010) “o grau de conhecimento institucional se relaciona à sua capacidade de conhecer-se, de avaliar-se”. A autoavaliação institucional é um processo fundamental para a garantia da qualidade das atividades do ensino superior, pois através desse rigoroso e contínuo método, as instituições poderão buscar responder de modo mais eficaz as demandas que lhes são atribuídas.

A AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL COMO UM DIFERENCIAL NA GESTÃO EDUCACIONAL DE QUALIDADE NOTADAMENTE NA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

A Educação Superior vive um momento singular no contexto sócio histórico e econômico mundial. Além de desafios no campo das atuações de ensino, pesquisa e extensão de qualidade, novos obstáculos a serem transpostos são inerentes à área. Uma das palavras mais empregadas na educação nos últimos tempos é qualidade. No início da década de 80 iniciou-se o surgimento dos primeiros questionamentos acerca da qualidade em educação. A globalização, a competição entre as IES, a massificação dos sistemas, dentre outros fatores, torna um ambiente propício ao desenvolvimento de programas de qualidade na educação superior. A garantia de qualidade global vem acompanhada da discussão da educação superior como serviço educacional. Para a Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura (Unesco), a qualidade se transformou em um conceito dinâmico que deve se adaptar permanentemente a um mundo que experimenta profundas transformações sociais e econômicas. É cada vez mais importante estimular a capacidade de previsão e de antecipação. Os antigos critérios de qualidade já não são suficientes. Apesar das diferenças de contexto, existem muitos elementos comuns na busca de uma educação de qualidade que deveria capacitar a todos, mulheres e homens, para

participarem plenamente da vida comunitária e para serem também cidadãos do mundo (UNESCO, 2001:1 apud GADOTTI, p.2). Vivemos hoje na era da globalização e das organizações que exigem profissionais, mais autônomos, mais autores, mais inovadores. “Conhecer é construir categorias de pensamento”, dizia Piaget, “para compreender o mundo e poder transformá-lo”, completava Paulo Freire. Qualidade não se mensura pela reprodução de conteúdo, mas pela criação de conhecimentos e este se obtém a pela pesquisa, pela leitura, pela reflexão e pelo pensamento crítico. Pode-se entender a ação como expressão de qualidade política a partir da definição de Pedro Demo:

...qualidade política é aquela que trata dos conteúdos da vida humana e sua perfeição é a arte de viver. Refere-se ao relacionamento do homem com a natureza, sobretudo através do trabalho e da tecnologia que são formas humanas de intervenção, onde inevitavelmente entra o horizonte ideológico e prático. Refere-se igualmente ao relacionamento do homem com o homem interior do fenômeno do poder: o que ele faz de si mesmo, dadas as circunstâncias objetivas. (DEMO, 1988, p. 19).

A avaliação institucional visa o aperfeiçoamento da qualidade da educação com a finalidade de potencializar a IES atual através da transparência, comprometimento com a educação, a acessibilidade ao conhecimento e a transformação da sociedade. É de extrema importância o planejamento e a escolha dos instrumentos de avaliação, pois é a partir destes que se realizam os diagnósticos dos dados e informações coletadas, e mediante um bom diagnóstico, teremos uma análise da realidade estudada com as mais variadas possibilidades de ações de intervenção e, por conseguinte, melhores resultados.

A avaliação institucional deve objetivar uma ação “transformadora pela participação de todos os envolvidos no processo educativo, em busca de um discurso próprio, da capacidade de autogestão, da criatividade cultural, da capacidade de invenção” (CAPPELLETTI, 1997, p 97).

O processo de avaliação institucional deverá ter como objetivo a busca pelo aprofundamento e o desenvolvimento de um projeto educacional e pedagógico individualizado, garantindo um perfil diferenciado, produzindo sua marca, sua individualidade, desmistificando a uniformidade dos padrões já estabelecidos. Uma avaliação de qualidade, sendo ela ofertada presencialmente ou a distância, não pode excluir do processo avaliativo uma

forma de averiguar, ponderar, refletir e adotar decisões importantes ao contexto avaliado. A avaliação institucional é um processo permanente e contínuo que necessita abranger toda a comunidade acadêmica, tanto em aspectos da organização didático-pedagógica, desenvolvimento institucional e infraestrutura. A educação a distância é uma modalidade educacional altamente relevante e adequada para suprir uma demanda de alunos específica, desta forma precisa se engendar no processo avaliativo da IES. A avaliação institucional na EaD tem permitido compreender melhor as relações entre tutor/ professor/aluno, as estruturas organizacionais, o funcionamento do processo ensino/aprendizagem, dificuldades docentes e discentes, identificar os pontos fortes e as fragilidades da IES, subsidiar a produção de material didático, bem como, o acompanhamento dos diversos polos, caso sejam previstos ou não. É necessário vislumbrar uma educação propícia a formar indivíduos capazes de pensarem por si mesmos, ou seja, que assumam uma parcela de responsabilidade na própria instituição, trata-se de educar para a cidadania, da formação de sujeitos autônomos e críticos. O processo avaliativo deverá fazer parte do cotidiano da IES, sendo uma construção coletiva, de forma a auxiliar na reestruturação dos projetos pedagógicos de cursos e do plano de desenvolvimento institucional como uma ferramenta de gestão estratégica e planejamento organizacional.

CONCLUSÃO

Podemos apreender que a avaliação institucional no cenário educacional brasileiro é prerrogativa do Poder Público, um movimento relativamente novo na história da educação e com relevante conscientização de todos os envolvidos. Desta forma, além de ser um processo complexo e dinâmico, um instrumento de diagnóstico, uma possibilidade de de gestão das Instituições de Ensino Superior, se configura como um balizador para o processo de planejamento estratégico, gestão da qualidade e organização educacional. A avaliação na EaD deve ser uma prática de investigação voltada para a inclusão, em que a reflexão, o diálogo e a crítica estejam permanentemente presentes, valorizando o desenvolvimento do aluno em direção à construção do seu conhecimento. A autoavaliação institucional é uma ferramenta de valor para a elaboração de políticas educacionais e de gestão para a IES, devendo desenvolver processos de diagnósticos, análise e reflexão geradores de transformações, qualitativas no âmbito educacional,

social e pessoal. Faz-se necessário redimensionar a prática da avaliação, para que todos os envolvidos no processo pedagógico possam, através dela, refletir sobre a sua própria evolução. A busca pela superação das fragilidades deverá ser um esforço coletivo de toda a comunidade acadêmica, de diferentes maneiras e níveis distintos. Devemos continuar idealizando uma sociedade mais justa, por uma educação que permita desenvolver sujeitos que exerçam sua cidadania, conscientes do seu papel na sociedade, com pensamento crítico onde o conhecimento seja uma realidade intrínseca a todos e para todos.

REFERÊNCIAS

ALVES, J. R. M. A história da EaD no mundo. In: LITTO, F.; FORMIGA, M. (orgs.). Educação a distância: O estado da arte. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009.

ARETIO, L. G. Educación a distancia hoy. Universidad Nacional de Educación a Distancia, 1994. In: GUAREZI, R. C. M; MATOS, M. M. Educação a distância sem segredos. Curitiba: Ibpex, 2009.

A.W. Bates, Distance Education in Dual Mode Higher Education Institutions: Challenges and Changes, 2000, disponível em <http://bates.cstudies.ubc.ca/papers/challengesandchanges.html>

BERTELLI, E. M.; EYNG A. M. Avaliação institucional: a relação dialógica dos dados da avaliação interna e externa na melhora institucional. UFSC. Santa Catarina, 2010. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/35670/Eliseu%20Miguel%20Bertelli%20-%20Avalia%C3%A7%C3%A3o%20Institucional.pdf?sequence=4&isAllowed=y>.

Acesso em 03 de novembro de 2018.

BRASIL. Plano Nacional de Educação. 2001. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/pne.pdf>. Acesso em: 20 de outubro de 2018.

_____. Portal Ministério da Educação Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/instituicoes-credenciadas/educacao-superior-a-distancia>. Acesso em 20 de outubro de 2018.10/2018.

_____. Lei de Diretrizes e Bases. Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996.

_____. Casa Civil. Decreto nº. 9.057, de 25 de maio de 2017. Regulamenta o art. 80 da Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, n. 100, 26 maio 2017a, Seção 1, p. 3.

_____. Decreto 5.622 de 19 de dezembro de 2005 regulamenta o Art. 80 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/portarias/dec5.622.pdf>. Acesso em: 28/10/2018.

_____. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – INEP. Avaliação institucional. Disponível em: <http://inep.gov.br/avaliacao-institucional>. Acesso em 20 de outubro de 2018.

_____. Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – Sinaes e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, 15 abr. 2004. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.861.htm. Acesso em: 03 de novembro de 2018.

CAPPELLETTI, I. F. Avaliação institucional: processo de autocrítica e transformação. In: Estudos: Revista da Associação Brasileira de Mantenedores de Ensino Superior. Por uma educação de qualidade para todos. Brasília: ABMES, ano 15, nº 21, outubro, 1997.

DANIEL, J. S. Mega-universities and knowledge media: technology strategies for higher education. Londres: Kogan Page, 1996

DEMO, P. Avaliação qualitativa. São Paulo: Cortez, 1988.

GADOTTI, M. Qualidade na educação: uma nova abordagem. Disponível em: http://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/14_02_2013_16.22.16.85d3681692786726a_a2c7daa4389040f.pdf

GUAREZI, R. C. M.; MATOS, M. M. Educação a distância sem segredos. 1. ed. Curitiba: InterSaberes, 2012. LOPES, L. F.; FARIA, A. A. O que e o quem da EaD: história e fundamentos. 1.ed. Curitiba: InterSaberes, 2013

MAIA, C. e MATTAR, J. ABC da EaD: educação a distância hoje. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

MOORE, M.G.; KEARSLEY, G. Educação a Distância: Uma visão integrada. Trad. Roberto Galman. São Paulo: Cengage Learning, 2008.

MORAES, Reginaldo C. Educação a distância e ensino superior: introdução didática a um tema polêmico. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2010.

NUNES, I. B. Noções de Educação a Distância. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/21015548/Artigo-1994-Nocoos-de-Educacao-a-DistanciaIvonio-Barros-NUNES>>. Acesso em: 20 de outubro de 2018.

NUNES, I. B. A história da EAD no mundo. LITTO, F. M e FORMIGA, M. (orgs). São Paulo: Pearson Education, 2009

TORI, R. Educação sem distância: as tecnologias interativas na redução de distâncias em ensino e aprendizagem. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2010.